

# A DISCURSIVIDADE DO NORMAL: UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA

## THE DISCURSIVITY OF NORMAL: A BUILT IDENTITY

Mírian Ribeiro de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo primordial deste artigo é compreender a construção de um sujeito estereotipado, marcado e constituído por uma visão teórica da padronização, evidenciando as diversas formas encontradas, inclusive pela ciência, para constituição do que a sociedade tem instituído e dicotomizado: normal/estranho. Essa estranheza privilegia um tipo e marginaliza o Outro. Assim, identidades são construídas e consideradas homogêneas, tornando-se referência para outras possibilidades, mediante as práticas discursivas de atores sociais, como a indústria da beleza e estética.

**Palavras-chave:** positivismo; normalidade; exclusão; identidade e subjetividades.

**ABSTRACT:** The main goal of this paper is to understand the construction of a stereotypical subject, marked and constituted by a theoretical view of the standardization, showing the several forms found, including by science, for the constitution of what society has instituted and dichotomized: normal / strange . This strangeness privileges a type and marginalizes the Other. Thus, identities are constructed and considered homogeneous, becoming a reference for other possibilities, through the discursive practices of social actors, such as industry of beauty and aesthetics.

**Keywords:** positivism; normality; exclusion; identity and subjectivity.

Uma das hipóteses desta pesquisa em andamento, intitulada *O discurso do branco e para o branco: uma análise do gênero discursivo denominado rótulo*, ancora-se no fato de que a indústria da beleza e estética caminha na contramão do discurso da identidade pós-moderna. Enquanto esta preconiza a existência de um sujeito descentrado, descolado, traduzido (HALL, 2006; BAUMAN, 1998, 2005), aquela trabalha para constituição de um sujeito padronizado, estereotipado, marcado não pela diferença, mas unicidade, cooperando para a semelhança. Logo, para o padrão da branquidão. Estratégia discursiva e silenciosa oriunda dos mais diversificados rótulos de produtos da indústria da beleza e estética: shampoos, condicionadores, cremes corporais, maquiagens, óleos para o corpo; rótulos de vestimentas: calcinhas, sutiãs, meias-calça

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Área de Concentração: Linguagem e Cultura; Linha de Pesquisa: Discurso e Cultura. Orientadora: Profa. Dra. Ivone Tavares de Lucena. Professora da Universidade Estadual da Bahia - UNEB - Colegiado de Letras - CAMPUS VI/Caetité-BA.

etc., eminentemente associados à imagem. O discurso da padronização não nasceu por acaso, ou tampouco destituído de sentido. Afinal, nenhum dizer deixa de carregar pistas ou marcas que não possam ser suscitadas por uma arqueologia. Entendendo, todavia, que é necessário tratar o discurso no jogo de sua instância, expulsando-o da sombra onde reina (FOUCAULT, 2007). Por esta ótica, a ciência, como sociedade do discurso, incumbiu-se de proliferar e controlar o discurso do padrão. Nos debates acirrados sobre modernidade e pós-modernidade (GIDDENS, 1991; BAUMAN, 1998, 2005; HALL, 2006, 2009; IANNI, 1999) é perceptível a alusão à construção ou desconstrução de um padrão identitário, a constituição e desconstituição de subjetividades. Bauman (1998) aponta que toda sociedade produz estranhos, mas que cada uma, há seu tempo e a sua maneira, produz estranhos diferenciados. Assim, a modernidade construiu uma discursividade de anulação do Outro, rejeitando aquilo que não estava no discurso da conformidade, denominando-o de estranho. Essa estranheza causava desconforto e insegurança ao preestabelecido pela sociedade, pelo estado moderno (ver BOBBIO, 2000). Uma espécie de anomalia que precisava ser vencida e anulada.

Para construir uma ordem, contra o estranho e o diferente, o estado moderno lançou mão de duas estratégias, alternativas e complementares: uma antropofágica, de assimilação, e outra antropeômica, de exclusão. A primeira visava aniquilar os estranhos, devorando-os, para, posteriormente, transformá-los num tecido indistinguível do que já havia, assimilando-os; a segunda intencionava *vomit* *os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro* (BAUMAN, 1998, p. 29). O objetivo primordial dessa empreitada era camuflar o mundo cultural, resguardar a supremacia de um povo sobre o outro, confinar o Outro como estranho, abafar as distinções culturais, lingüísticas e sociais, “purificar” e administrar um estado moderno. E, quando tudo isto não fosse suficiente, destruir fisicamente o estranho. Ainda no dizer de Bauman referindo-se ao projeto liberal,

A expressão mais comum das duas estratégias foi o notório entrechoque entre as versões liberal e racista-nacionalista do projeto moderno. As pessoas são diferentes, dá a entender o projeto liberal, mas são diferentes por causa da diversidade das tradições locais e particularistas em que elas crescem e amadurecem. São produtos da educação, criaturas da cultura e, por isso, flexíveis e dóceis de serem reformadas. Com a universalização progressiva da condição humana, que significa nada mais do que a erradicação de todo paroquialismo junto com os poderes empenhados em preservá-lo, e que conseqüentemente deixa o desenvolvimento humano livre do imbecilizante impacto do acidente de nascer, essa diversidade predeterminada, mais forte do que a escolha humana, se enfraquecerá. Não é assim – objetou a opinião racista-nacionalista. A reconstrução cultural tem limites que nenhum esforço poderia transcender. Certas pessoas nunca serão con-

vertidas em alguma coisa mais do que são. Estão, por assim dizer, fora do alcance do reparo. Não se pode livrá-las de seus defeitos: só se pode deixá-las livres delas próprias, acabadas, com suas inatas e eternas esquisitices e seus males. (BAUMAN, 1998, p. 29).

Nessa desconstrução de subjetividades para acirrada construção de outras, o estado moderno foi se solidificando, estabelecendo conceitos, criando tipos, eliminando o que lhe parecia estranho à ordem. Os estranhos viveram num estado de extinção contida. Esta é a âncora do discurso verdadeiro da modernidade. Essa vontade de verdade, segundo Foucault (1996) é marcada por um cerceamento constituído pela sociedade do discurso para estabelecer as normas, controlar o discurso dos privilegiados, mediante procedimentos internos e externos, que exercem uma espécie de pressão, um poder de coerção. Um discurso verdadeiro precisa de uma base que o legitime. Neste caso, o estado moderno com todo seu aparato o justificava, camuflando uma vontade de verdade que o atravessava. *E a vontade de verdade, essa que se impõe a nós, há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la.* Assim, só aparecia aos olhos da sociedade *uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal* (FOUCAULT, 1996, p. 20). A vontade de verdade do estado moderno tornou-se uma prodigiosa máquina de exclusão.

Somado a isso, é importante dizer que a ciência como ator social dessa arena discursiva colaborou para a instituição do discurso verdadeiro. A padronização não é aleatória às construções histórico-culturais ou tampouco ideológicas. Ao contrário, a ciência de maneira bem precisa também marcou esse território discursivo. No Século XIX, de forma mais acentuada, uma ciência denominada de positivista contribuiu de maneira significativa para instituição de um padrão. Conforme Foucault (1996), o Século XIX foi, sem dúvida, um marco para que um padrão, uma vontade de verdade, pudesse se manter e proliferar, em nome da ciência, encontrando respaldo numa base institucionalizada: escolas, universidades, livros, bibliotecas e leis jurídicas que viriam garantir o discurso dito verdadeiro. Foucault, dessa forma, faz alusão a uma linha de pensamento que mexeu com a vida dos sujeitos e da sociedade como um todo e contribuiu para que a ciência ganhasse notoriedade.

Löwy (2000, p. 20-27) aponta que dois grandes nomes marcaram a epistemologia científica no Século XIX. Eminentemente influenciados por Condorcet – pensador iluminista, e Saint Simon, Comte e Durkheim estabelecem um dos paradigmas teóricos impactantes em todo o modo de vida da sociedade: o Positivismo. Sucintamente, os primeiros viam o cientificismo positivista como instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas, a priori, da igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal. Saint Simon, o primeiro a empregar a denominação de ciência *positiva*, acreditava que os métodos utilizados pelas ciências naturais serviam para análise do social, pois, para ele, não existe fenômeno, inclusive a política, que não possa ser observado do ponto de vista da física dos corpos brutos ou dos corpos organizados: da fisiologia. Daí, a idéia de corpo social, de coesão. É importante ressaltar que, diferentemente

dos demais que o seguiram, as idéias de Saint Simon têm um caráter revolucionário, vez que pretendia, mediante a ciência, romper com o *status quo* da época, ou seja, não há uma exasperada idéia de organismo social, como visto em Durkheim. *Assim, é em nome das leis fisiológicas do organismo social e de sua “higiene” que ele apela abertamente pelo fim do absolutismo e por uma “mudança de regime” na França* (LÖWY, 2000, p. 21).

Entretanto, coube a Comte inaugurar uma visão de mundo que mexeria com a sociedade de maneira geral e a ciência em particular. Instituiu o método positivo, quando criou a física social, rompendo com o caráter revolucionário e utópico de Saint Simon, vez que preconizava a existência de uma ordem para manutenção do progresso, mediante a homogeneidade e hierarquia científica. Conforme Giddens (2001, p. 218-227),

A “hierarquia das ciências” apresentada por Comte, documentada com riqueza de detalhes em seu *Curso*, expressou essa idéia de forma muito mais direta que qualquer coisa encontrada em Marx. [...] Analiticamente, esclarece Comte, as ciências formam uma hierarquia de generalidade decrescente, mas de progressiva complexidade; cada ciência mantém dependência lógica das outras abaixo dela na hierarquia e, apesar disso, lida simultaneamente com uma ordem emergente de propriedades que não podem ser reduzidas àquelas com as quais as outras ciências estão envolvidas. [...] A partir daí, a ciência introduz-se de forma cada vez mais direta na humanidade e acaba por criar em física social uma ciência da própria conduta humana. [...] A física social devia acima de tudo ser direcionada para fins práticos. [...] O tema central é a necessidade de conciliar a ordem com o progresso.

Vale acrescentar que Comte passou a chamar a física social de sociologia. Cunhando, assim, um neologismo que viria desencadear uma rica área de conhecimento. Sob esta visão, Durkheim tornou-se um célebre positivista, apesar de não aceitar o rótulo, um *seguidor* de Comte. Tendo em vista, entre outras coisas, o fato de ter dado à Ciência o caráter sistematizado, metódico, ainda bem presente na contemporaneidade – foi um dos precursores dessa construção de norma e padrão social. Sucintamente, Durkheim (2003), ao estabelecer as regras do método sociológico, a postura do cientista diante dos fatos sociais, eminentemente influenciado pelas Ciências Naturais, mais precisamente a Biologia, aponta que os fatos sociais são coisas e, como tais, devem ser pesquisados livres das pré-noções e valores do pesquisador. Sob esta ótica, objeto e sujeito tornam-se dicotômicos. Este método durkheimiano buscava, em especial, tratar os fatos sociais como possíveis de serem matematizados. Um método objetivo, positivo, portanto. Daí o nome Positivismo<sup>2</sup>. Para Löwy (2000, p. 18), *o axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais conduz, logicamente, o positivismo, a negar – ou melhor, a ignorar – o condicionamento histórico-social do conhecimento.*

<sup>2</sup> Existem outras razões para a denominação em foco. Uma delas encontra respaldo na Teoria de Comte, quando este batiza a nova Ciência, a Sociologia, de Física Social. Ver COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Para Durkheim (2001/2003), a sociedade é vista enquanto mola propulsora de organização e possuidora de uma força coercitiva que impele os sujeitos a se portarem conforme regras e normas instituídas pelo caráter eminentemente social e, portanto, coletivo:

[...] dir-se-á que um fenômeno não pode ser coletivo se não for comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles, portanto, se não for geral. Sem dúvida; mas se é geral, é porque é coletivo (quer dizer, de certo modo obrigatório) e nunca coletivo, por ser geral. É um estado de grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles; está em cada parte porque está no todo, e não no todo por estar nas partes. Isto é sobretudo evidente nas crenças e nas práticas que nos são transmitidas já feitas pelas gerações anteriores; recebemo-las e adotamo-las porque sendo ao mesmo tempo uma obra coletiva e uma obra secular, estão, investidas de uma particular autoridade que a educação nos ensinou a reconhecer e a respeitar. [...] Um fato social reconhece-se pelo poder de coerção externa que exerce ou o suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, pela existência de uma sanção determinada ou pela resistência que o fato opõe a qualquer iniciativa individual que tende a violá-lo. (DURKHEIM, 2003, p. 37).

Segundo Durkheim (2003, p. 32), o indivíduo sozinho pouco ou quase nada pode fazer, diante da eminência da sociedade. Afinal, ele já encontrou o que está posto através de um legado cultural, não lhe competindo transformações: *do mesmo modo, ao nascer, os fiéis encontram já formadas as crenças e práticas de sua vida religiosa; se existiam antes deles é porque existem fora deles*; Diante disso, só a sociedade é possuidora de delimitar paradigmas: *o sistema de sinais de que me sirvo para exprimir o pensamento, o sistema monetário que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas seguidas na minha profissão, etc., funcionam independentemente do uso que deles faço* (DURKHEIM, 2003, p. 32); de ratificar modos de ser e operar para que os indivíduos não se desviem do que foi preconizado e preestabelecido por ela, a sociedade que instituiu as convenções sociais. Do contrário, aqueles que não seguirem o pré-determinado, tornar-se-ão sujeitos desviados. O diferente, aqui, é anômico. Conservadora por natureza, essa teoria tem contribuído sobremaneira para manutenção do que é posto como discurso verdadeiro.

Na esteira desse pensamento, a sociedade estabeleceu vários padrões, inclusive de comportamento. Entre eles, o da branquidão, que tem inculcado valores por um longo processo histórico, cultural e social. Ferramentas para tanto não lhe faltaram. Destacam-se aí os meios de comunicação: os programas de televisão que selecionam pessoas, as propagandas recheadas de conteúdos que mascaram um padrão, as terminologias utilizadas em muitos produtos comercializados. Os mais diversificados gêneros discursivos, inclusive os rótulos. Afinal, segundo o positivista em foco, somos vítimas de uma ilusão de que possuímos autonomia, poder de decisão:

acreditamos ser produto de nossa própria elaboração aquilo que nos é imposto do exterior. *Contudo, se a indulgência com que nos deixamos levar mascara a pressão sofrida, não a anula. Não podemos escolher a forma de nossas casas, nem a de nossas roupas; pois uma é tão obrigatória quanto a outra. As vias de comunicação determinam de maneira imperiosa o sentido em que se fazem as migrações interiores, as trocas. [...] tais maneiras de ser não passam de maneiras de agir já consolidadas* (DURKHEIM, 2001, p. 86).

Durkheim, ao estabelecer seu método de análise científica, não só o fez como criou estereótipos eminentemente ideológicos, como o da classificação e ordenação, vez que um dos pressupostos básicos de sua teoria metódica são a observação e comparação, visando a tão sonhada objetividade das ciências sociais. Giannotti (1971) afirma que, para Durkheim, de direito os fatos sociais devem ser tratados como coisas, isto é, como objetos que se dão, indiferentemente do olhar neutro e cauteloso do sujeito, constituindo a primeira tarefa desse sujeito estabelecer uma classe de equivalência: escolhida uma propriedade estratégica agrupam-se os fenômenos semelhantes e descartam-se os dessemelhantes.

Ao fazer uma analogia da organização dos órgãos do corpo humano com a sociedade, Durkheim diz que

Esta funciona da mesma forma que um ser vivo: um sistema de órgãos diferentes no qual cada um tem um papel particular; certos órgãos sociais têm uma situação especial e, se se quer, privilegiada. Situação evidentemente natural, funcional e inevitável. Ela se deve à natureza do papel que ela cumpre e não a qualquer causa estranha a suas funções. Assim, nos animais, a predominância do sistema nervoso sobre os outros sistemas se reduz ao direito, se se pode falar assim, de receber um alimento mais seletivo e de receber sua parte antes dos outros. [...] Poder-se-ia dizer que isto não é sempre o bastante para satisfazer os homens; que existem aqueles cujos desejos ultrapassam sempre as suas faculdades. É verdade, mas estes são casos excepcionais e, pode-se dizer, *mórbidos*. *Normalmente*, o homem encontra a felicidade ao realizar sua natureza, suas necessidades são relacionadas com seus meios. Assim, no organismo cada órgão não reclama senão uma quantidade de alimentos proporcional a sua dignidade. (DURKHEIM *apud* LÖWY, 2000, p. 27; grifos do autor).

Essas idéias vieram a calhar para aqueles que acreditavam na supremacia de uns sobre os outros. Inclusive legitimando os ideais da classe dominante, vez que foram formuladas numa época em que o sindicalismo revolucionário se desenvolvia na França. Por mais que alguns, como Giddens (2001), defendam que é necessária uma releitura de Durkheim para uma reinterpretação, o *Normal* e o *Patológico* ganharam espaço discursivo nas mais diversas áreas, colaborando para que as diferenças se adequassem ou de adaptassem a um tipo padronizado. Esse tipo não foi criado estanque à ciência, como já foi dito. Durkheim destaca que é uma necessidade para a convivência harmônica em sociedade. Ouvir o próprio Durkheim, ao tratar da regras relativas à distinção do normal e patológico, é relevante para o momento. Ressaltando

que o pensador faz uma alusão à saúde e a doença para explicar as adjetivações por ele empregadas. Vejamos:

Todo fenômeno sociológico, como, aliás, também o fenômeno biológico é susceptível de revestir formas diferentes, segundo os casos, apesar de permanecer essencialmente o mesmo. Ora, essas formas são de duas espécies. Uma são gerais em toda a extensão da espécie; encontram-se, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maior parte deles e, se não se repetem identicamente em todos os casos em que se observam, variando de indivíduo para indivíduo, estas variações estão compreendidas entre limites muito próximos. Outras há, pelo contrário, que são excepcionais; não se encontram apenas na minoria, como acontece, mesmo onde se produzem, não durarem as mais das vezes a vida inteira do indivíduo. São uma exceção, tanto no tempo como no espaço. Estamos, portanto, em presença de duas variedades distintas de fenômenos e que devem ser designadas por termos diferentes. Chamaremos normais aos fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou de patológicos.

Assim, gradativamente, mediante a ciência, os valores de um sistema de crenças e valores ganharam não só espaço sócio-cultural, como visibilidade nas mais diversas áreas do conhecimento: educação, saúde, administração e, em especial, na economia. Sem nenhuma intenção de desmerecer o mérito desses cientistas sociais, pois são inúmeros, é perceptível uma visão reducionista de classificação, ordenação, superioridade de uns sobre os outros, convenção social, padrões herdados e postos como verdades absolutas, sistematizadas, que não visam à transformação, mas a manutenção do que está posto e ratificado. Por estas e outras razões, as sociedades menos valorizadas economicamente ou que ocupam uma posição menos privilegiada na escala de valores, numa hierarquia de desenvolvimento, ficaram a mercê de outras mais desenvolvidas. Foram exploradas, sutilmente subsidiadas não só no aspecto financeiro, mas na introspecção de valores culturais. Na velha filosofia de que *uma mão lava a outra*, os países ditos desenvolvidos traziam em suas bagagens não só “ajuda” financeira, mas estabelecia paradigmas ao modo de ser e viver da sociedade, dentro das conformidades por eles pensadas. Dessa forma, padrões foram estabelecidos. O padrão europeu e americano são uma dessas marcas que contribuíram de forma significativa para destituir e constituir identidades e, conseqüentemente, subjetividades.

Vale lembrar, ainda, que a Linguística também sofreu influência positivista, de maneira acirrada, contribuindo para a instituição de um padrão, de língua enquanto norma, sistema, que impactou não só o âmbito da linguagem, mas todo um modo de pensar de uma determinada época. Inclusive criando paradigmas que vararam o tempo e norteiam não só a Linguística, mas outras ciências como a Psicanálise, Sociologia, Antropologia, entre outras. Ferdinand Saussure (2000) ficou conhecido como “pai” da Linguística, por tê-la instituído enquanto ciência e batizado um dos grandes métodos científicos: o Estruturalismo. Saussure (2000) deixou marcas,

opositivas, dicotômicas, binárias, onde uma é privilegiada em detrimento da outra. A presença de uma marca significa ausência da outra.

Além disso, é necessário dizer que a língua é possuidora de um caráter eminentemente social, presente apenas na coletividade e não no indivíduo: um sistema de signos convencional e coercitivo que preestabelece normas. Um padrão, portanto. Enquanto padrão, ela se torna excludente. Pelas dicotomias de Saussure (2000, p. 15-24), *langue/parole*, *Significante/Significado*<sup>3</sup>, *Sincronia/Diacronia*, *Sistema/Não-Sistema*, *Forma/Substância*, é possível inferir que uma é preponderante à outra. A primeira é fundamental para se compreender a supremacia de uma em detrimento à segunda: *langue* – língua – é uma convenção social, a parte social da linguagem, é de natureza homogênea, conservadora, um sistema de signos distintos, correspondentes a ideias distintas; enquanto a *parole* – fala – é chamada de acessório, de individual e multifacetada. Pouca importância ou quase nenhuma é dada à fala. Por ser um Sistema de signos, a língua estaria presa a uma cadeia interna. O que denota exclusão do referente, ou seja, do exterior, do sujeito, da própria cultura. Guimarães (2005, p. 19) afirma que *o corte saussureano é a “culminância” bem sucedida teoricamente de uma história de exclusão do mundo, do sujeito, por tratar a linguagem como um percurso só interno: a linguagem expressa o pensamento* (grifos do autor).

Essa marca da oposição, da diferença, presença que denota ausência, leva Silva (2009) a afirmar que a linguagem é também constituidora de identidade e diferença. Estas são resultado de atos lingüísticos. Para justificar suas afirmações, traz à baila as concepções de Saussure acerca da relação dicotômica estabelecida para a língua: o padrão da diferença. Para Saussure (2000), o signo é arbitrário por natureza: não há nada no significante cadeira, por exemplo, que nos leve a denominá-la ou concebê-la, significando-a como um instrumento para sentar. O signo não coincide com a coisa ou o conceito. Isto significa dizer que não tem valor absoluto. Ele só adquire valor diante de outras marcas gráficas ou fonéticas que o diferenciam numa cadeia infinita de signos, socialmente, quando fazemos alusão ao signo cadeira, evidenciamos que se trata de uma cadeira e não de um armário. Da mesma forma, o “sou brasileiro” evidencia que não “sou argentino”. A presença de um marca a ausência de outro. Silva (2009, p. 77) destaca que *em outras palavras, a língua não passa de um sistema de diferenças. Reencontramos, aqui, em contraste com a idéia de diferença como produto, a noção de diferença como a operação ou processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais como a identidade, por exemplo.*

<sup>3</sup> Na contemporaneidade, outras discussões acerca do pensamento de Saussure vieram à baila, numa tentativa de romper com muitos dos rótulos oriundos do Curso de Linguística Geral, escrito por dois de seus discípulos, sob a alegação que o pensamento saussuriano ficou preso a uma camisa de força reducionista. Um dos principais problemas residiria no fato de que seus escritos, mais conhecidos (CLG), não teriam sido elaborados por ele mesmo. Para saber mais, ver: NÓBREGA, Mônica. A releitura de Ferdinand de Saussure e a constituição do objeto da lingüística. In: *DLCV*, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2003. OLIVEIRA, Mirian Ribeiro. Saussure: um viés de inclusão pela psicanálise lacaniana. *Revista Polidisciplinar Voo*, 2009. Disponível em: <www.revistavoos.com.br>.

Silva (2009, p. 81) ressalta que se trata de um processo social, prenhe de relações de poder. Já que o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. O que conota um caráter racional à *identidade e diferença que não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas.* Nesta produção, outras marcas se constituem: incluir/excluir; demarcar fronteiras: nós e eles/; classificar: bons e maus, puros e impuros; desenvolvidos/primitivos; racionais/irracionais; normalizar (nós somos normais/eles são anormais. Entre tantas outras. Sob esta ótica, dizer o que somos significa dizer o que não somos, se estamos dentro ou fora do padrão: padronizados/anômicos.

Vale dizer que não se trata apenas de mudança de terminologia. São relações marcadas por uma sociedade que exclui uns por conta de outros. O Nós e o Eles apontam para indicadores de posição de sujeito. A classificação e divisão passam a preponderar não se importando com a destituição de sujeitos. Afinal, Foucault (2005, p. 59) *que não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém, vez que uma estrutura binária perpassa a sociedade.* Assim, acontece uma hierarquização medonha e perversa, vez que uns detém o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos classificados. Silva (2009, p. 82-83) ressalta que

O filósofo francês Jacques Derrida analisou detalhadamente este processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. “Nós” e “Eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam. (grifo do autor).

Evocando a construção hegemônica do organismo, Foucault (2005) destaca que a mesma é oriunda de um momento histórico muito bem articulado, desde a Idade Média, para fazer crer um dito: a existência de dois grupos que se opõem, onde um é privilegiado, vez que pressupõe uma ordem ternária, uma pirâmide de subordinações ou um organismo. Dessa forma, a intenção era fazer crer que o corpo social é comandado por necessidades de natureza. Ouvir o próprio Foucault (2005, p. 60) é oportuno para o momento:

Eu creio que, mesmo a partir daí, pode-se compreender por que ele é importante: porque é, parece-me, o primeiro discurso na sociedade ocidental desde a Idade Média que se pode dizer rigorosamente histórico-político. Primeiro por causa disto: o sujeito que fala nesse discurso, que diz “eu” ou que diz “nós”, não pode e, aliás, não procura, ocupar a

posição de jurista ou do filósofo, isto é, a posição do sujeito universal, totalizador ou neutro. Nessa luta geral de que ele fala, aquele que fala, aquele que diz a verdade, aquele que narra a história, aquele que recobra a memória, e conjura os esquecimentos, pois bem, ele está forçosamente de um lado ou de outro: ele está na batalha, ele tem adversários, ele trabalha para uma vitória particular. Claro, sem dúvida, ele faz o discurso do direito, e faz valer o direito, reclama-o. Mas o que ele reclama e o que faz valer são os “seus” direitos – são os “nossos” direitos, diz ele: direitos singulares, fortemente marcados por uma relação de propriedade, de conquista, de vitória, de natureza. Será o direito de sua família ou de sua raça, [...]. (grifo do autor).

Como se vê, o discurso do “eu” e do “nós” é fortemente marcado como uma construção de território social, uma espécie de espaço que cada um pode ou não ocupar na sociedade dual. Querem fazer valer esse discurso. É o que evidenciamos no objeto de estudo em foco, ao analisar os discursos dos rótulos oriundos da indústria da beleza e estética. É perceptível que nesta cadeia discursiva há marcas que, estrategicamente, privilegiam diferenças que estabelecem padrão, numa tentativa de normalizar os tipos sociais, o sujeito contemporâneo. O discurso em voga colabora para a existência de uma identidade padronizada. Ao denominar *uma pele de normal*, pressupõe-se a existência da alternativa: a *anormal*. E no imaginário dos sujeitos sociais a quem se atribuiria essa anormalidade? A resposta é óbvia, não só pela construção atual, mas pelas construções histórico-ideológicas de nossas raízes culturais. O discurso é sutil, praticamente silenciado pelo tamanho dos rótulos, mas não pelas imagens trabalhadas, construídas e evidenciadas a quem adquire ou namora o produto nas prateleiras dos supermercados. Imperceptível? Esta é a melhor estratégia desse sujeito-autor – a indústria, um discurso velado, portanto. Orlandi (1993, p. 15) aponta que:

Esse laço, assim compreendido, nos indica que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus conteúdos, mas falar *com* elas. Se assim podemos passar das palavras para as imagens (relação do verbal com a metáfora), fazemos ainda outra passagem mais radical, passando das palavras para o jogo. É nessa dimensão do significar, como jogo de palavras, em que importa mais a remissão das palavras para as palavras – desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos “conteúdos” –, que o silêncio faz sua entrada. O não um (os muitos sentidos), o efeito do um (o sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação. Desse modo é que se pode considerar que todo discurso já é uma fala com outras palavras, através de outras palavras.

Com esse discurso velado, as identidades vão se construindo em torno do que a indústria da beleza e estética pressupõe como *normal*. Um dos principais agravantes dessa cadeia discursiva é a tentativa de fixação de uma identidade como norma, vez que a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta

no campo da identidade e da diferença. Isto porque normalizar é privilegiar, é deixar um à margem e outro no topo, é atribuir à marca da positividade a um e ao outro da negatividade. Parafraseando Silva (2009, p. 83), entendemos que a identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como *a identidade*. Os efeitos de sentido da constituição do normal ressoam no anormal, um existe para que a construção do outro ganhe vida, seja suscitado e ratificado pela sociedade. As estratégias discursivas parecem evidenciar um discurso contemporâneo, pós-moderno. Entretanto, lembrando Foucault (1996, p. 26) *o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do retorno*, o discurso da normalidade naturaliza-se para fazer aparecer um outro bem presente nas relações sociais brasileiras: a de que não existe preconceito de cor ou como bem caracteriza Fernandes (2007, p. 42-43): a sociedade que preconiza *o preconceito de não ter preconceito*. Foucault (2005, p.71-72), ao explicar o desenvolvimento de um racismo biológico-social, aponta a existência de uma raça, que não só triunfou e dominou, mas que continua a se infiltrar no corpo social, mais precisamente, que se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Destaca, ainda, que se antes o discurso da luta das raças era um instrumento de luta para campos descentralizados, agora vai se tornar recentralizado como o discurso do poder, mas não de um poder qualquer ou aleatório e, sim, daquele centrado, centralizado e centralizador. Materializa-se como *o discurso de um combate, travado não entre duas raças, mas daquela considerada como a verdadeira, a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora da norma* (FOUCAULT, 2005, p.72-73).

Vale lembrar, todavia, que a sociedade ou tampouco seus sujeitos, os atores sócio-culturais, não são inertes como pensava o Saussure do CLG (2000), em relação às mudanças na língua. Ao contrário, há poder, sim, nas estratégias discursivas, de manipulação, persuasão, controle e cerceamento do que parece verdadeiro aos olhos do sujeito-autor, a indústria da beleza e estética, mas há, paralelo a isto, a resistência. É Foucault (2005, p.34-35) quem confirma a circulação do poder, como categoria escorregadia, não fixa, que não se perpetua em nenhum sujeito social de maneira solidificada:

Terceira precaução do método: não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo. [...] O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que funciona em cadeia. Jamais, ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em poder de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.

Diante desse caráter escorregadio, transitório, efêmero das relações de poder, ou de poder propriamente dito, doravante outra ponte será feita com a categoria *Identidade* para evidenciá-la como constituidora de um sujeito denominado de pós-moderno. Trazer à baila as várias faces da Identidade é de suma importância, para que continuemos a discussão.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GIANNOTTI, José Artur. *A sociedade como técnica da razão: um ensaio sobre Durkheim*. **Disponível em:** <[www.cebrap.org.br/imagens/arquivos/a\\_sociedade](http://www.cebrap.org.br/imagens/arquivos/a_sociedade)>. Acesso em: abr. 2010.
- GIDDENS, Anthony. August Comte e o positivismo. In: \_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e réplicas*. São Paulo: UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Edições 34, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- IANNI, Octavio. Língua e sociedade. In: VALENTE, André (Org.). *Aulas de Português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Cortez, 2000.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.